Educação integral e relações étnico-raciais¹

Nilma Lino Gomes²

Quero discutir com vocês sobre a educação integral e as relações étnico-raciais como dois conceitos interligados que intencionam uma educação emancipatória, a qual considere questões como equidade, igualdade, diversidade, antirracismo, ética como integrantes de ações educativas, que visem o pleno desenvolvimento humano em todos os tempos e espaços.

Esse desenvolvimento pleno, que está no art. 2º da LDB, tem sido uma das justificativas apontadas por um grupo de estudiosos da educação, os quais entendem a dimensão da integralidade como um eixo orientador da educação como um todo e não somente da educação integral. Quer seja nas quatro ou cinco horas de escola ou nas práticas de maior tempo de escola ou de educação articulada com os territórios, a dimensão da integralidade do ser humano (e eu diria dos sujeitos), tem de ser um eixo pedagógico de tudo o que acontece na experiência escolar — reconhecendo que, quanto mais momentos e oportunidades formadoras ricas, diversas, interativas, desafiadoras, mais possibilidades de investirmos na construção de experiências integrais para sujeitos integrais.

Quando a educação integral se encontra com as relações étnico-raciais, temos a possibilidade de emancipar o próprio conceito de educação integral e suas dimensões. Como?

Ao indagar como e se as cinco dimensões da educação integral apontadas pela literatura dialogam com os sujeitos da escola e seus territórios, considero que a raça³ faz parte da integralidade dos sujeitos sociais – mesmo que o racismo nos faça pensar que ela é uma particularidade de alguns. No caso do Brasil e da escola brasileira, não preciso lhes dizer sobre a quantidade e a variedade de estudos e pesquisas que tematizam a raça e a questão racial nas práticas educativas escolares e não escolares.

No caso das escolas, esses estudos desvelam que as desigualdades escolares possuem uma dimensão racial que pode ser notada quando se tematiza: os

¹ Palestra proferida no dia 17/11/23, na Faculdade de Educação da UFMG, durante a Roda de Conversa: Educação Integral, afirmação da diversidade e enfrentamento das desigualdades. Essa atividade integrou a programação do seminário *Tecendo fios de um direito: memórias dos 15 anos do grupo TEIA (Território, Educação Integral e Cidadania*).

² Professora titular emérita da Faculdade de Educação da UFMG. Integrante da linha Educação, Cultura, Movimento sociais e Ações Coletivas do Programa de Pós-graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social, FAE/UFMG.

³ O conceito de raça é entendido de forma ressignificada e em uma perspectiva social, cultural e política de acordo com a reinterpretação realizada pelas ciências sociais e pela educação e, em especial, pelo movimento negro brasileiro. Trata-se de um conceito relacional e ao adotá-lo para entender as relações sociais e raciais brasileiras, direciono-o aos coletivos sociais diversos que apresentam, na sua corporeidade, sinais diacríticos acordados socialmente como pertencentes a nossa ascendência negra e africana. Além das dimensões política, social e cultural, o conceito ressignificado de raça inclui a histórica e a geográfica.

desafios da articulação entre diversidade étnico-racial e currículo; a urgência de se considerar a cultura negra presente nos territórios; a necessidade de mais diálogos entre a escola e as famílias, considerando que estas são negras, brancas, de outros pertencimentos étnico-raciais; a urgência de revisão de conteúdos e imagens racistas nos materiais didático-pedagógicos; a inclusão da literatura afro-brasileira e africana nas escolas; a questão das identidades negras, focalizando docentes, discentes e famílias; a gestão e a coordenação pedagógica e a questão racial; os projetos pedagógicos e a questão racial, entre outros.

Já sabemos que o racismo da sociedade se expressa e está incrustrado em todas as instituições, dentre elas, a escola — ou, pelo menos, se espera que já saibamos. O desafio que lhes coloco é: e o antirracismo, a valorização da cultura negra, da história afro-brasileira e africana, da história, da memória, dos referenciais afro-brasileiros, da história de resistência do povo negro no Brasil, o reconhecimento da luta incansável do movimento negro por uma educação democrática que reconheça as matrizes afro-brasileiras e africanas, e que seja antirracista... Onde eles se fazem presentes nas políticas e nas práticas de educação integral? Nos currículos de educação integral? Nas experiências de educação integral já realizadas ou que realizamos?

Faço ainda uma pergunta mais radical: o antirracismo, ou seja, a ação política e pedagógica intencional de combate ao racismo comparece nas políticas, nos projetos e nas práticas de educação integral? Se sim, como? Se não, por quê?

O antirracismo se faz presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de escola e cultura afrobrasileira e africana e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. As primeiras institucionalizam a alteração da LDB pela Lei nº 10.639/2003, e as segundas são frutos de demanda política pública do Movimento Quilombola, assumida pela CONAE 2014, que incluiu a Educação Escolar Quilombola como modalidade educacional, o que foi acatado pelo texto das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica e regulamentado pelo Parecer CNE/CEB nº 16/2012 e pela Resolução CNE/CEB nº 8/2012.

Para responder à questão supracitada, convido a todas e todos a refletirem se e como a intencionalidade de combate ao racismo, ou seja, o antirracismo se faz presente quando consideramos as dimensões da integralidade dos sujeitos sociais em cada uma das cinco dimensões acordadas como constituintes da educação integral.

Dimensão cognitiva:

Superamos a ideia de que negros e negras possuem baixo desenvolvimento intelectual apregoada pelo racismo científico e que se reedita em todas as cenas racistas da nossa sociedade? As políticas e as práticas de educação integral que indagam e subvertem a ênfase cognitivista da educação discutindo que ela é uma das dimensões, mas não a mais importante, ou seja, retirando essa hierarquia que orienta a relação ensino/aprendizagem, consideram o peso do

racismo na concepção cognitivista da educação que, por mais que lutemos, desliza para experiências de educação integral? O antirracismo é considerado de forma a contemplar a nossa concepção de integralidade do ser humano, as práticas, currículo, relações pedagógicas, tempos e espaços?

Dimensão Física:

Ao ler sobre educação integral, percebi o quanto a dimensão física diz respeito ao autocuidado, à saúde, ao desenvolvimento físico, ao bem-estar físico e geral. Na perspectiva do antirracismo, podemos perguntar: nossas práticas de educação integral consideram a corporeidade negra, sua beleza e potência? Agimos de forma pedagógica e firme diante de situações de racismo entre estudantes quando esta envolve a depreciação dos sinais fenotípicos dos negros e negras: cabelo, cor da pele etc.? A gestão intervém de forma firme em relação a práticas racistas entre docentes, com as famílias e demais profissionais da escola?

Dimensão Social:

Como o antirracismo se faz presente ao considerarmos, nas políticas e nas práticas de educação integral, a importância das interações sociais? Quando pensamos que um dos aspectos da educação integral é a formação de sujeitos responsáveis uns com os outros, umas com as outras, a participar da nossa sociedade de forma a transformá-la positivamente, quando falamos que as atividades e a relação com o território devem visar a cooperação, o trabalho em equipe e a compreensão das dinâmicas sociais, incluímos que o antirracismo deve ser um dos eixos dessa concepção de interação social, de responsabilidade, participação, cooperação, trabalho? Ora, não há concepção de relações e interações sociais que seja neutra. Elas se dão entre sujeitos e na dinâmica social, cultural, histórica, política, de gênero e racial. Se sabemos que a nossa sociedade é racista e que esse fenômeno perverso está enraizado nas instituições, como já disse antes, logo as questões de raça, relações étnicoraciais e racismo deveriam ser um dos eixos da dimensão social. Será que tem sido assim em nossas políticas e práticas de educação integral?

Dimensão Emocional:

A gestão dos afetos e das emoções vem sendo um tema crescente no campo educacional para pensar as práticas escolares. Do ponto de vista de uma concepção de educação integral que compreende os sujeitos na plenitude do seu desenvolvimento humano, é possível afirmar que nossas políticas e práticas de educação integral educam para o reconhecimento, respeito e ética da diversidade e, nesta, incluímos a diversidade étnico-racial? Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que vivenciam práticas de educação integral vivem experiências afirmativas no que se refere à raça, que as leve a emocionalmente se sentirem bem, valorizadas, reconhecidas, com a autoestima elevada? A forma como consideramos a integralidade do ser humano ao focalizar as relações raciais nas experiências de educação integral têm formado subjetividades insurgentes, contrárias a toda e qualquer forma de opressão e violência e, dentre elas, contra o racismo? Como tudo isso se articula à

capacidade de lidar com desafios emocionais nas nossas práticas de educação integral?

Dimensão Cultural:

Nossas práticas e experiências de educação integral reconhecem a importância da expressão cultural afro-brasileira e africana, a valorização da diversidade étnico-racial, a cultura negra como parte da diversidade cultural brasileira, a presença da cultura negra no território, nas experiências com as histórias e cultura locais e sua articulação nacional e global? Como as manifestações culturais afro-brasileiras no território dialogam com experiências de educação integral? Via folclorização? Apenas como práticas para acalmar estudantes indisciplinados? Ou como um enraizamento no currículo e nas práticas compreendendo a presença dessa cultura na experiência de vida de todos os brasileiros e de todas as brasileiras e não somente nas pessoas negras. Cultura negra que vai além da música, da dança, das manifestações culturais e seja entendida como parte de uma visão de mundo em nosso país. Visão de mundo que os racistas negam e querem extirpar de si e que os antirracistas aprendem a reconhecer, valorizar e expandir em si e nos outros.

Nas leituras que fiz sobre a educação integral e essas cinco dimensões, é unânime a afirmação de que elas são inter-relacionadas e complementares, formando um quadro holístico que busca atender às necessidades integrais dos estudantes. Do ponto de vista da formação de professoras e professores, elas devem ser discutidas, a fim de se alcançar o entendimento de que na perspectiva da integralidade devem promover uma abordagem pedagógica equilibrada e abrangente da educação integral, contribuindo para a formação de cidadãs e cidadãos capazes de enfrentar os desafios da vida e com vistas à transformação social.

Nesse mês da Consciência Negra, 20 de novembro de 2023, desafio a todas e todos a refletir sobre as relações étnico-raciais e sobre o antirracismo nas políticas e nas práticas de educação integral e como podemos redimensionar e indagar essas cinco dimensões. Para que isso aconteça, proponho que incluamos mais uma dimensão que, na verdade, é o eixo central da educação integral: a política.

Para que o antirracismo integre as políticas e as práticas de educação integral, elas precisam ser transgressoras. Isso significa orientar-se política e pedagogicamente para a superação das barreiras raciais que se fazem presentes em todos os processos sociais e institucionais do país, dentre eles as práticas educativas escolares e não escolares.

Citando bell hooks no seu livro *Ensinando a Transgredir*, de 2017⁴, finalizo:

A academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações,

⁴ hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. A educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura de mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade (p.273).

E eu digo: o antirracismo possibilita que qualquer experiência, projeto, política de educação, de um modo geral e de educação integral em específico, transgrida para que vivamos em liberdade e pratiquemos a liberdade. Não só para negros e negras, mas para todos e todas. Se reconhecemos o caráter estrutural e institucional do racismo, o antirracismo operará nessas mesmas bases e as fraturará, ou as implodirá, que seria o ideal. E, quem sabe, em médio e longo prazos, as reflexões sobre as dimensões cognitiva, social, emocional, física, cultural da educação integral incluam explícita e intencionalmente a dimensão política, mas não qualquer dimensão política. Falo de dimensão política transgressora, insurgente. Garanto que nossas práticas e políticas de educação integral que primam, de fato, pela integralidade do ser humano serão ainda mais humanas.